

Estado vai poder administrar o porto de Vitória

AJ130-79

Foto de Gildo Loyola

Projeto portuário é rediscutido

Brasília — O projeto de modernização dos portos volta à discussão, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando serão votadas mais 62 emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Duas das oito emendas aprovadas há uma semana garantem aos portuários a exclusividade da oferta de mão-de-obra e a participação paritária com empresários no órgão gestor do trabalho na estiva, o que esquentou a guerra de bastidores em torno do assunto. O relator do projeto na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), disse que os senadores querem transformar o projeto em um “angu de carço”, mas os portuários reclamam que o acordo de lideranças que aprovou o projeto na Câmara, desconsiderou a opinião dos trabalhadores.

“O projeto foi aprovado na Câmara em 45 segundos, o texto foi preparado no gabinete do líder do Governo Collor, Humberto Souto, e nem o deputado Aleluia leu o substitutivo que assinou”, rebateu o presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de carga e descarga (avulsos), Mário Teixeira. De acordo com o sindicalista, o projeto de

Aleluia beneficia apenas os operadores de terminais privativos, que passariam a operar com carga de terceiros, mas estariam fora do controle da autoridade portuária, definindo sua própria tarifa e sem pagar pela utilização da infraestrutura do porto, como dragagem e sinalização.

Acordo

Dividindo o PMDB, o ministro dos Transportes, Alberto Goldman, saiu em defesa do projeto aprovado na Câmara. “O projeto não são as tábuas da lei, imutáveis desde que Moisés desceu da montanha com os mandamentos, mas foi aprovado por acordo de lideranças e isso deve ser considerado”, disse o ministro. A sua posição não é a mesma do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que acolheu em seu substitutivo um grande número de emendas favoráveis aos portuários.

O senador defende, por exemplo, que o Conselho de Autoridade Portuária (CAP), a ser criado pela nova lei, tenha administração tripartite de trabalhadores, empresários e Governo.



Porto de Vitória será o primeiro no país a ter a administração transferida para o Governo do Estado, até 94

Brasília — Decreto do presidente Itamar Franco, publicado ontem no **Diário Oficial**, autorizou o Ministério dos Transportes a promover a descentralização da administração dos portos, hidrovias, eclusas e demais serviços às companhias de docas ou governos estaduais. A medida poderá ser adotada por convênio até 31 de dezembro de 1994. O primeiro convênio de descentralização deverá ser a transferência da administração dos portos de Vitória (ES) e Itajaí (SC) para os governos estaduais. As negociações com o governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, foram iniciadas ainda na gestão do ex-ministro Camargo.

O convênio com o Governo do Espírito Santo não deverá incluir a transferência do porto de Tubarão e do terminal privativo da Companhia Vale do Rio Doce em Vitória. A assessoria jurídica do Ministério dos Transportes estuda como manter o controle das dívidas das companhias Docas para, que os governos estaduais não façam uso político das administrações descentralizadas. “É preciso ter cuidado para a descentralização não gerar uma nova Portobrás”, avisa um técnico da área.